ATA DA LCIX REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde / SES

Rua Esteves Júnior, 160 – 8º andar

DATA: 30/07/04

HORÁRIO: 09:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Carmen Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Rosina Moritz Silveira, Sônia Regina Linsmeyer, Luis Antônio Silva, José Miguel do Nascimento Júnior, Roberto Eduardo Hess de Souza, Winston Luiz Zomkowski.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Salvio Osmar Tonini (Nova Trento), Tadeu Geronasso (Mafra), Antônio Carlos Koeche (Lages), Renato Afonso da Rocha (Bombinhas), Manoel Américo (Florianópolis), Orasil Coelho Pina (Criciúma), Daníria Souza da Rocha (Lauro Müller), Luiz Carlos Pereira (Guaramirim), Ivanice Angela Peccin (Herval D'Oeste), Wanderley L. Hilgert (Palmitos), Celeste Oetke Schaefer (Rio do Sul), Ana Sílvia Zanon (Joinville), Angela Vitória Domingues (Chapecó).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LCIX Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 09h 15 min, sob a coordenação de Sálvio Osmar Tonini, Presidente do COSEMS, com a presença dos membros acima descritos.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

Ofício 308/04, da Gerência de Apoio à Rede Pública/Diretoria de Ações de Saúde, encaminhando Relatório da situação do SIAB do município de Florianópolis;

Ofício 308/04, da Secretaria de Desenvolvimento Regional – Videira, reforçando a solicitação de 10 AIH's extras para o Hospital de São Roque, do município de Arroio Trinta;

Ofício 490/04, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, solicitando pautar na reunião da CIB sobre: aumento do teto TRS, Situação do credenciamento Alta Complexidade e situação para pagamento cirurgias realizadas;

Ofício 034/04, da Secretaria Municipal de Saúde de Irani, solicitando aumento das AIH's;

Ofício 177/04, da Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul, solicitando a liberação do credenciamento da tomografia computadorizada/Clinica MULTIMAGEM;

Ofício 198/04, da Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó, solicitando apresentação por parte do Ministério, da Política Nacional de Humanização;

Ofício 022/04, do Hospital e Maternidade de Santa Cecília, solicitando estender prazo até 31/12/04, para que a Gerência Regional de Saúde de Videira continue administrando a distribuição das AIH's em Santa Cecília.

1. APROVAÇÃO DA ATA

2. Aprovada na íntegra a Ata da sessão do dia 13/07/04.

3. TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

a) HABILITAÇÕES

4. Aprovadas as habilitações dos Municípios de Passos de Torres, Grão-Pará e Dionísio Cerqueira à condição de Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada.

b) CADASTRAMENTO CAPS – TIMBÓ E ARARANGUÁ

5. Aprovada a indicação de cadastramento dos CAPS de Timbó e de Araranguá, conforme parecer emitido pela Gerência de Apoio à Rede Pública.

c) CONTRATOS REDE PRIVADA (CORPO CLÍNICO, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REAJUSTE DE TABELA)

6. Ficou aprovada como responsabilidade da unidade contratada: o Corpo Clínico, a existência do serviço de Urgência e Emergência, bem como ficou condicionado o reajuste da tabela conforme o definido pelo nível nacional.

7. Por solicitação do Coordenador da CIB/COSEMS fica registrado na presente ata que os

municípios poderão colaborar com o transporte do paciente, porém seu acompanhamento e assistência fica sob a responsabilidade do hospital.

d) PRORROGAÇÃO DO PRAZO GERENCIAMENTO AIH's/SANTA CECÍLIA

8. Ficou aprovada a prorrogação do prazo até 31/12/04, para o gerenciamento das AIH's de Santa Cecília pela Gerência Regional de Saúde de Videira.

9. O Coordenador CIB/COSEMS, Sálvio Tonini, salientou sobre a importância de o município dar assistência não só de AIH's à população, mas também nos serviços de atenção básica.

e) FLUXO DA ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR

13. A Diretora de Regulação e Auditoria da Assistência, Maria Teresa Locks, ressaltou que na questão da neurocirurgia de Jaraguá do Sul, existe capacidade, porém estão atendendo apenas o seu município.

14. O Secretário Antônio Carlos Koeche (Lages) solicitou que fossem feitos os encaminhamentos necessários de auditoria, a fim de serem considerados os laudos represados de cirurgias realizadas em Lages.

15. Houve consenso na aprovação do Fluxo da Alta Complexidade Hospitalar (conforme anexo), com a ressalva que fosse feito um estudo aprofundado na questão de Jaraguá do Sul, bem como que fosse deflagrada auditoria imediata nas contas da neurocirurgia do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, conforme solicitação do gestor, com a finalidade de ser pagas as cirurgias de outros municípios.

f) EXAMES REPRESADOS MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

16. Aprovado o atendimento da demanda reprimida dos exames de até 29/01/04, e para a demanda da segunda etapa de 29/01/04 a 15/07/04, será feito um estudo a ser apresentado na Câmara Técnica e posteriormente na CIB, demonstrando onde estavam referenciados os pacientes, e se as referências conseguiram efetuar todo o atendimento, verificando dessa forma onde está pactuado o recurso financeiro para que possam ser estabelecidos critérios para o atendimento da lista de espera.

g) PPI/ECD – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

17. Aprovada a distribuição dos recursos do Teto Financeiro da PPI/ECD para os municípios de Santa Catarina, conforme critérios apresentados na proposta da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, conforme anexo.

TEMAS PARA DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS

a) SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTOS EM ALTA COMPLEXIDADE – GERE/DIRE

18. O Coordenador CIB/COSEMS manifestou o parecer do COSEMS, dizendo que a SES deve rever os credenciamentos em parceria com os Gestores Municipais em Plena do Sistema Municipal; remanejar, se necessário; dar prazo de seis meses para se adequar. Quanto aos CACONS, verificar se Porto União está cumprindo com as determinações do credenciamento, e se caso não estiver, verificar a possibilidade de transferi-lo para Mafra.

19. A Coordenadora CIB/SES, Carmen Zanotto, disse que já havia um investimento em Porto União desde o PDR/2002, e que o CACON desse município foi aprovado na CIB, porém ainda não foi publicado em Diário Oficial, visto haver pendências junto ao Ministério da Saúde. Propôs que a CIB elabore um documento a ser encaminhado a Porto União dizendo que, tendo em vista o não cumprimento dos requisitos, bem como os prazos já terem expirado, que não seja dado mais nenhum prosseguimento nos serviços até que o assunto seja rediscutido na CIB. Ressaltou que há uma preocupação quanto à situação de Mafra, pois segundo ela, o fato já está consumado, visto que já estão com o serviço instalado. Acrescentou que não existe população para os dois serviços para aquela macrorregião.

20. A Diretora Maria Teresa esclareceu que Porto União solicitou que não fosse feita a vistoria, que é o primeiro passo para o credenciamento, visto que estavam com pendências.

21. O Secretário Tadeu Geronasso (Mafra) disse que o Colegiado da Região não aceita Porto União, pois segundo ele não oferecem acesso. Esclareceu que o gestor de Mafra em momento nenhum sofreu pressão para a instalação do serviço, acrescentando que a demanda de pacientes oncológicos de Mafra é muito grande.

22. Ficou consensado o encaminhamento de um estudo nos dois serviços junto ao Colegiado da Região para posterior retorno à CIB, bem como que ficará credenciado apenas um serviço.
23. O Assessor Valmor (Joaçaba) disse que há um paciente acidentado, internado em Concórdia, e que aquele município colocou o paciente à disposição visto que a conta está numa quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e que Concórdia disse que não pagará, como também não aceitam AIH. Perguntou qual o procedimento a ser tomado.
24. A Coordenadora CIB/SES disse que deverá ser feita uma denúncia formal ao Controle e Avaliação da SES.

b) PORTARIA DOS MUTIRÕES DE CIRURGIAS/MS

25. A Diretora Maria Teresa esclareceu que, com relação ao incremento de cerca de dois milhões de reais para Santa Catarina/2º semestre, este, está vinculado à validação do projeto junto ao Ministério da Saúde. Sugeriu que seja estipulado um prazo para a entrega dos projetos, a fim de condensar num só Plano Estadual para encaminhar ao Ministério ainda em 2004. Disse que o Ministério forneceu um instrumento modelo para a elaboração dos projetos, e que a Diretoria de Regulação está com um grupo de trabalho efetuando levantamento do histórico das cirurgias eletivas. Ressaltou da necessidade da padronização dos procedimentos de coleta de informações como: nome do município, nome do paciente, qual o procedimento a ser realizado e outros itens; sem perder de vista a indicação do prestador que realizará os serviços.
26. Ficou definido um prazo de quinze dias para que os municípios preencham o documento de coleta de dados a ser fornecido pela SES.

INFORMES

a) RELATÓRIO AUDITORIAS

27. O Secretário Orasil (Criciúma) disse que não foi concluída uma auditoria realizada na questão do cateterismo em Criciúma, e que há necessidade de o prestador fazer a reposição do recurso que foi cobrado indevidamente.
28. A Diretora Maria Teresa disse que a questão da glosa já foi concluída e encaminhada, e as questões das consultas, dos exames de média e alta complexidade e outras circunstâncias é que não foram resolvidas.
29. A Secretária Ana Sílvia (Joinville) sugeriu a elaboração de um protocolo uniforme e de âmbito estadual para a questão das auditorias.
30. A Diretora Maria Teresa informou que há uma minuta de Decreto na Consultoria Jurídica para avaliação do Sistema Estadual de Auditoria, onde consta a questão da ação de sansão a ser padronizada.

b) DESCRENCIAMENTO LABORATÓRIO JOAÇABA.

31. A Diretora Maria Teresa esclareceu que foi realizada auditoria no período de 1999 a dezembro/2001, e que foram identificadas irregularidades em cem por cento. Disse que o Conselho Municipal de Saúde de Joaçaba descredenciou o laboratório, bem como o promotor do município solicitou do Estado uma posição a respeito. Informou que o laboratório foi descredenciado, bem como foi solicitada a cobrança judicial.

c) OFÍCIO AO MINISTÉRIO PARA ALOCAÇÃO RECURSOS NOVOS (CREDENCIAMENTOS)

32. A Diretora Maria Teresa disse que foi encaminhado um ofício ao Ministério da Saúde a respeito da alocação de recursos novos para credenciamentos.

d) AUMENTO TETO TRS LAGES

33. O Coordenador CIB/COSEMS solicitou informação a respeito da perda de recurso da TRS do município de Chapecó.
34. A Diretora Maria Teresa esclareceu que os municípios que pagaram exatamente o teto da TRS, o recurso foi diminuído no ajuste de contas proposto pelo Ministério. Disse ainda que devido ao referido ajuste de contas, o município de Lages foi beneficiado.

e) SITUAÇÃO PAGAMENTO AIH'S LAGES

35. A Diretora Maria Teresa informou que com relação aos laudos represados/2004, ficou

pactuado na CIB que mensalmente os municípios encaminhariam a listagem dos referidos laudos.

f) SAMU

36. O Coordenador CIB/COSEMS solicitou uma posição da SES junto às Regionais com relação ao SAMU, visto que estão realizando reuniões com o aparato das Secretarias de Desenvolvimento Regional, com o Corpo de Bombeiros e deliberando que deve ser retirado o SAMU da saúde e entregue ao Bombeiro, criando dessa forma um confronto entre as pessoas envolvidas.

37. A Diretora de Assuntos Hospitalares, Rosina Moritz Silveira, esclareceu que o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros esteve com o Secretário de Estado da Saúde, apresentando uma proposta de buscar o recurso financeiro junto ao Ministério da Saúde, para ser alocado junto aquela Corporação. Disse que foi esclarecido ao Comandante a respeito da existência de um Comitê Gestor, do qual o Corpo de Bombeiros também faz parte. Mencionou que o Corpo de Bombeiros manifestou que sentem-se alijados do processo. Solicitou a compreensão dos Secretários, mas que há necessidade de administrar o conflito, visto que não pode-se dispensar um trabalho prestado ao longo da história pelos Bombeiros. Disse que foram entregues 252 ambulâncias em São Paulo referente ao primeiro lote, e que para Santa Catarina as ambulâncias virão apenas no último lote devido ao não cumprimento dos prazos com o projeto junto ao Ministério da Saúde. Manifestou que a SES assume sua parcela de responsabilidade na questão dos prazos com relação ao SAMU. Acrescentou ainda que toda a pactuação feita na Mesa continua sendo respeitada.

38. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 30 de julho de 2004.